

**AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.687.383 - PE (2017/0181804-7)**

**RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA**  
**AGRAVANTE : FRANCISCO DE ASSIS LIMA**  
**ADVOGADO : EDUARDO WAGNER DE ASSIS LIMA - PE024744**  
**AGRAVADO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. SALÁRIO DE BENEFÍCIO. TETO. LIMITE. SÚMULA 7 DO STJ. INCIDÊNCIA.

1. O Tribunal de origem concluiu que o salário de benefício da aposentadoria concedida ao autor não foi limitado ao teto constante das Emendas Constitucionais n. 20/1998 e 41/2003, de modo que a inversão do julgado demandaria o reexame de prova, inviável em sede de recurso especial, nos termos da Súmula 7 do STJ.

2. Agravo interno desprovido.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Napoleão Nunes Maia Filho, Benedito Gonçalves, Sérgio Kukina e Regina Helena Costa (Presidente) votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 19 de março de 2019 (Data do julgamento).

**MINISTRO GURGEL DE FARIA**

Relator